

Segue a luta na LDO 2019!

Comunidade lota auditório na Alesp e reivindica financiamento adequado para Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps

O auditório Franco Montoro, o maior da Assembleia Legislativa de SP (Alesp), foi tomado por estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) em 14/8. Caravanas de várias partes do estado participaram de uma nova audiência pública organizada pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP, a pedido do Fórum das Seis. Na Unicamp e em vários campi da Unesp, os servidores técnico-administrativos paralisaram o trabalho.

Sob o tema “**Em defesa da educação pública e gratuita**”, a audiência deu visibilidade à luta por mais recursos para as universidades e o Ceeteps, autarquia estadual responsável pelas escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs). A reivindicação central, neste momento, é a aprovação de emendas do Fórum à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019).

O deputado Carlos Neder (PT), coordenador da Frente, lamentou a ausência e a indiferença das reitorias das universidades e da superintendência do Ceeteps. Embora convidados, não enviaram representantes e sequer justificaram ausência. Certamente, estão ocupados bus-



Além do deputado Neder, coordenador da Frente, compuseram a mesa: João Chaves (Adunesp/ coordenação do Fórum), Bianca Borges (DCE-Livre da USP), Guilherme Rodrigues (DCE da Unicamp), Marcílio Ventura (STU), Rodrigo Ricupero (Adusp), Wagner Romão (Adunicamp), João Carlos Oliveira (Sintunesp), Denise Rykala (Sinteps), Bianca Aragão (DCE FATECs), Alexandre Pariol (Sintusp), Camila Albano (estudantes da Unesp).

cando outras formas de suprir a crise de financiamento destas instituições, como o arrocho salarial, o corte de benefícios, as não contratações, a estagnação da permanência estudantil e outros.

Iniciados os trabalhos, compuseram a mesa, além de Neder, representantes de todas as entidades sindicais e estudantis que integram o Fórum das Seis (*vide detalhes na legenda da foto acima*). O presidente da Adunesp e membro da coordenação do Fórum,

João da Costa Chaves Júnior, destacou a situação de subfinanciamento das universidades e do Ceeteps, que pode levá-las à deterioração. “Corremos o risco de chegar à situação limite em que chegaram várias universidades estaduais”.

Gráficos

O presidente da Adunicamp, Wagner Romão, fez uma apresentação sobre as razões da crise de financiamento. No caso das universidades:

- 1) A expansão sem recursos perenes, especialmente a partir dos anos 2000.
- 2) A retirada de vários itens da base de cálculo da quota-parte do estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP.

Boa cobertura da TVT

A TV dos Trabalhadores (TVT) e a TV Alesp cobriram o evento. A TVT fez uma boa matéria, capitaneada pelo repórter Leandro Chaves, com várias entrevistas e uma descrição minuciosa do problema de financiamento. A matéria foi ar no “Seu Jornal” e pode ser conferida em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IfFD82qKtCg>



Romão, da Adunicamp, fala à TVT



Apenas no primeiro trimestre de 2018, R\$ 854,21 milhões “sumiram” da base de cálculo, o que representou um prejuízo de cerca de R\$ 85 milhões para as universidades estaduais paulistas.

3) A insuficiência financeira: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev. De acordo com a lei, cabe ao estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. Em 2017, a insuficiência financeira correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026.

Romão mostrou os impactos da crise de financiamento no cotidiano das universidades. O quadro ao lado, por exemplo, explicita o contraste entre o crescimento destas instituições, de 1995 a 2016, e o número de servidores docentes e técnico-administrativos:

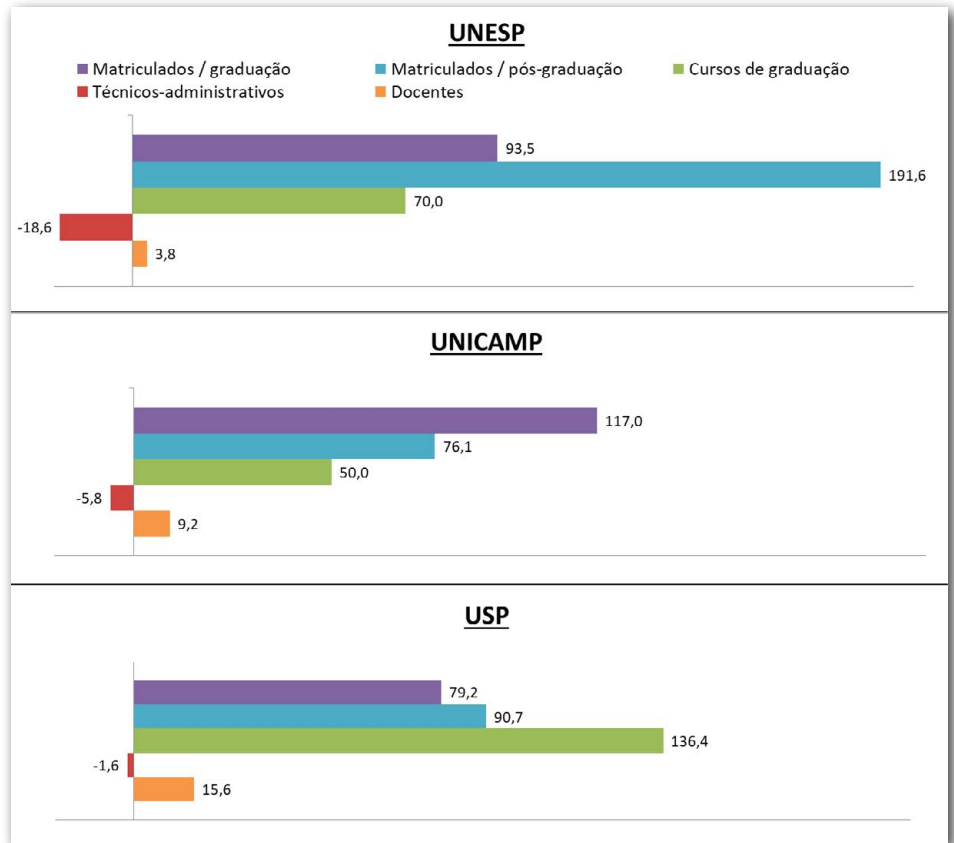
A rota do dinheiro público

Em sua exposição, o presidente da Adunicamp denunciou as escandalosas isenções fiscais concedidos pelo governo paulista aos grandes grupos econômicos: na LDO 2019, está previsto o correspondente a 16% do ICMS (R\$ 23,081 bi). Em 2018, a renúncia ficou em 11,2% (aproximadamente R\$ 15 bi).

As “meninas dos olhos” tucanos

A situação do Centro Paula Souza também foi abordada na audiência pública. Consideradas as “meninas dos olhos” das campanhas eleitorais tucanas, as ETECs e FATECs passam por situação difícil. Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos ele receberá no ano seguinte. A instituição também passou por uma enorme expansão: das 100 unidades que tinha em 2002, cresceu para 286 em 2018 (222 ETEC e 71 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 293 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa expansão não veio acompanhada dos recursos

EXPANSÃO (%) DAS UNIVERSIDADES (1995-2016) - Alguns indicadores



públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, da infraestrutura física e laboratorial.

Tramitação e emendas

Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2019) enviada pelo governo à Alesp não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado. Para o Ceeteps, não há dotação prevista.

Tradicionalmente, a LDO é votada em final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, isso não ocorreu e, até o momento, segue sem previsão. Isso por conta das disputas políticas entre os grupos que apoiam João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) nas eleições para governador. Alguns arriscam dizer que a LDO 2019 só será votada após outubro.

Presente sistematicamente na

Alesp, o Fórum das Seis tenta atuar nas brechas geradas por essa fissura política. Assim como faz todos os anos, o Fórum enviou a todos os deputados um conjunto de emendas, que reivindicam mais recursos para o conjunto da educação pública (33% do total de receitas do estado), para as universidades (há emendas prevendo alíquotas de 10% até 11,6% do ICMS – Quota-Parte do Estado, sempre sobre o “total do produto”, ou seja, sem a maquiagem contábil feita pelo governo) e para o Centro Paula Souza (dotação de 3,3% do total do produto do ICMS QPE). As emendas foram formalizadas por deputados do PT e do PSOL.

Encaminhamentos

Ao final da audiência, foi aprovada a continuidade da pressão sobre os deputados, com campanhas de e-mails e visitas nas regiões. Também foi aprovada a reativação do movimento em defesa da ciência e da tecnologia públicas. Às administrações das universidades e do Ceeteps, será reivindicado que não haja qualquer punição aos participantes da audiência, que se deslocaram até a Alesp para lutar por mais recursos para a educação pública.

